

ATA DA SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA, REALIZADA NO DIA OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZENOVE ÀS DEZENOVE HORAS.

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, sob a Presidência do Senhor Vereador **Antônio Delomodarme**, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia, e presentes os demais membros da Mesa Diretora: Vice-Presidente, Vereador **Marco Antônio Parolim de Carvalho**; Primeiro Secretário, Vereador **Luiz Gustavo Pimenta**; Segundo Secretário, Vereador **Luiz Antônio Ribeiro** e com a presença dos Senhores Vereadores **Fernando Roberto da Silva, Flávio Augusto Olmos, Hélio Lisse Júnior, João Batista Dias Magalhães, José Elias Morais e Luiz Antônio Moreira Salata** realizou-se a Septuagésima Segunda Sessão Ordinária, da Terceira Sessão Legislativa, Décima Sétima Legislatura da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia. Feita a chamada e, verificado haver número regimental, o Senhor Presidente, "Sob a Proteção de Deus", dá por iniciados os trabalhos, convidando o Vereador Hélio Lisse Júnior para que proceda a leitura de um trecho do Santo Evangelho. Prossequindo os trabalhos, o Senhor Presidente solicita ao Primeiro Secretário que proceda a leitura das Ementas dos Projetos constantes do expediente. **Projeto de Lei Complementar nº 271/2019**, avulso nº 41/2019, de autoria do Executivo, que dispõe sobre alteração da Lei Complementar nº 211, de 15 de agosto de 2018, que dispõe sobre os cargos em comissão da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia e dá outras providências. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça e Redação. **Projeto de Lei nº 5471/2019**, avulso nº 40/2019, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a abertura de crédito suplementar. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça e Redação e à Ordem do Dia. **Projeto de Lei nº 5472/2019**, avulso nº 42/2019, de autoria do Executivo, que alteram dispositivos da Lei nº 4.212, de 20 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a organização

administrativa da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia/SP e dá outras providências. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça e Redação. **Projeto de Lei nº 5473/2019**, avulso nº 43/2019, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a abertura de crédito suplementar. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça e Redação e à Ordem do Dia. Dando sequência aos trabalhos, são lidos pelo Senhor Primeiro Secretário, aprovados pelo Plenário, ou deferidos pela Presidência, conforme o caso, os seguintes **requerimentos: 213, 214 e 215/2019**, de autoria do Vereador Flávio Augusto Olmos. **216/2019**, de autoria do Vereador Luiz Gustavo Pimenta. **217/2019**, de autoria do Vereador Fernando Roberto da Silva. Esgotados os Requerimentos, passa-se a leitura do resumo das Indicações. Nos termos do artigo 3º, da Resolução nº 122, de 16/02/93, o Senhor Presidente solicita ao Primeiro Secretário que proceda à leitura do Resumo das **Indicações** apresentadas salientando que as mesmas seriam encaminhadas aos setores competentes, para as providências cabíveis, pois já haviam sido deferidas pela Presidência: **289, 290, 291 e 317/2019**, de autoria do Vereador Antônio Delomodarme. **292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300 e 301/2019**, de autoria do Vereador Flávio Augusto Olmos. **302, 303 e 304/2019**, de autoria do Vereador Luiz Gustavo Pimenta. **305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315 e 316/2019**, de autoria do Vereador Hélio Lisse Júnior. **318, 319, 320 e 321/2019**, de autoria do Vereador Fernando Roberto da Silva. A seguir, esgotadas as matérias constantes do Expediente, passa-se, a seguir, aos **minutos regimentais** a que têm direito os Senhores Edis para fazer uso da palavra. Usam da palavra os Edis: **Fernando Roberto da Silva:** (sem revisão do orador: 19:37) "Senhor Presidente Saudações. Em nome do José Roberto Fígaro saúdo a todos os presentes. Parabênizo toda a Equipe. Hoje, o pessoal me ligou. Vocês fizeram um excelente trabalho de combate ao mosquito Aedes Aegypty nos bairros. Senhor Presidente. Quero falar das Indicações deste Vereador. Indicação 3212019 - Instalação de placas com os nomes das Ruas do Jardim Botânico. Indicação 319/2019 Sinalização de Trânsito horizontal e vertical no Bairro Jardim Botânico. Indicação 320/2019 Limpeza e

roçada do canteiro central da Av. Brasil. Indicação 318/2019 Substituição das placas com os nomes das ruas do Bairro CECAP. Senhor Presidente. No sábado tivemos uma ação com a Karina Simões na Passeata do Autismo: ABRIL AZUL dia 2 de Abril. Campanha conscientiza sobre o autismo. Houve concentração com os pais e com as crianças. Foi uma Passeata bastante tranquila e produtiva. Nesta Casa de Leis no dia 16/04 vamos ter uma reunião com o pessoal para propormos leis para melhorar a condição de vida dessas pessoas. Dizer também que, a UNIVEST - Universidade Virtual do Estado de São Paulo, com o trabalho deste Vereador, nós implantamos, conjuntamente com apoio do Prefeito Municipal Fernando Cunha. Dos 239 Polos, apenas 180 Polos conseguiram o vestibular no meio do ano. Nós conseguimos mais dois cursos, além de pedagogia, novamente, vai ter vestibular. Conseguimos matemática e letras. Dessa forma, o Pólo em Olímpia está 100% habilitado. Senhor Presidente. No estado de São Paulo estão sendo analisados 110 Polos que pode ser fechados pela falta de condições mínimas para estar prestando as aulas aos alunos. Aqui quero homenagear o Professor Tiago Inácio, Coordenador do Polo, por Olímpia estar o Polo 100% habilitado. Além disso, vão ser abertos mais dois cursos: - matemática e letras, conjuntamente, com pedagogia. E, vamos continuar com Engenharia da Produção, Engenharia da Computação e Gestão Pública. Muito obrigado, Senhor Presidente!" **Flávio**

Augusto Olmos: (sem revisão do orador: 19:40) "Senhor Presidente. Cumprimento a todos os funcionários públicos aqui presente. Na semana passada, no uso desta Tribuna, eu errei quando ao pronunciar eu falei "analfabeto" travei à língua; mas isso foi utilizado em tom de brincadeira para denegrir a minha imagem, mas eu não ligo porque até mandei aos amigos porque é legal e bacana, mas quando colocaram lá que eu sou mentiroso. É triste porque a gente não vem aqui para colocar ninguém contra ninguém. A gente vem para falar o que é que está acontecendo e ser favorável aos bons projetos e contrários aos projetos ruins. Sou humilde o suficiente para vir aqui para pedir desculpa. Para que, ninguém venha a me chamar de mentiroso porque eu errei a palavra Votuporanga. Eu deveria falar Jardinópolis. Eu falei Votuporanga. Então, eu peço desculpa a vocês

porque foi um erro. Peço novamente desculpa porque até usaram a palavra: - "Mentiroso - Flavinho Olmos.". **DELOMODARME** - "Vereador; é Junqueirópolis!" **FLÁVIO** - "Junqueirópolis deu oito! E, Jardinópolis também?" **DELOMODARME** - "Você falou Jardinópolis; é Junqueirópolis!" **FLAVIO** - "Falei Votuporanga?!" **DELOMODARME** - "Não!... Depois... Agora, você falou!" **FLÁVIO** - "Ah! Agora! Então tá bom! Desculpa de novo pessoal! Então, vocês vejam que a gente, às vezes erra, mas não é para tumultuar. Jamais, eu falei que eu quero que o Prefeito dê aumento de vinte por cento para vocês; em nenhum momento, o que eu falei foi que São José do Rio Preto deu 5%. E, deixa... Eu vou ler de novo aqui para não errar: - Jardinópolis deu 8% (oito por cento)... Ah! É Junqueirópolis; e, eu marquei Jardinópolis. Senão, eu teria que pedir desculpa de novo na semana que vem, mas está valendo, deu 8% e São José do Rio Preto deu 5%. Era isso que eu queria dizer e usei esta Tribuna hoje para falar. Porque a minha intenção não é tumultuar. Eu acredito que, se o Prefeito fizesse uma forcinha, 5% (cinco por cento) no mínimo, ele chegaria. Eu volto no tempo da Liderança."

Hélio Lisse Júnior: (sem revisão do orador: 19:43) "Senhor Presidente. Saudações. Av. Desembargador Manoel Arruda lá na frente na entrada da COHAB I, antes é a Rua Professor Francisco Zanin e Avenida do Canário. Se fizer abertura dará acesso até nas proximidades do Açougue do Theodoro, então, seria mais uma entrada para a COHAB I. Nós estamos pedindo esse estudo. E, também, alguns trechos no centro da cidade faltam trinta ou cinquenta metros outros trechos falta um quarteirão para concluir o asfalto; e, assim, nas periferias e nas Vilas, então, nós estamos pedindo esse estudo. Esse dinheiro que foi apontado para recape e um futuro asfalto. Que nesses trechos também tivesse seu empenho para fazer seu asfaltamento. Gostaria de deixar aqui a minha indignação. Eu não sei o que se passa junto à Secretaria de Obras, quando você pede lá troca de uma lâmpada e um reator, a coisa não anda. A informação que obtive é porque não tem material de substituição para manutenção da rede. Na semana passada, eu já fiz vários pedidos. Até disse que o Prefeito pensa em privatizar esse serviço e executar porque a cidade está ficando uma escuridão só. Então,

vai aqui meu encaminhamento. Nós precisamos agir para que a Prefeitura, realmente, tome as providências com relação à iluminação pública. Muito obrigado!” **João Batista Dias Magalhães:** (sem revisão do orador: 19:46) “Senhor Presidente. Saudações. Quero falar sobre assunto relacionado à saúde porque eu fiz a consideração na semana passada. Aí, no meio da semana, eu fui comunicado oficialmente através do Deputado Baleia Rossi que a Emenda Impositiva no total R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais) já está à disposição da Santa Casa. Evidentemente que, a gente acredita que a Santa Casa fez o seu cadastro. E, também, dentro da questão funcional programática, ela deve viver a expectativa desse recurso. Isso vem se somar a aqueles recursos já conseguidos nos anos anteriores (2017/2018). Nós já contabilizamos aí R\$ 1.700,000,00 (Um Milhão e Setecentos Mil Reais) disponíveis à população de nossa cidade. Graças ao trabalho que eu desenvolvi junto ao Deputado Baleia Rossi. Vivemos a expectativa anteriormente, eu não vou desistir de nós trabalharmos a ampliação e a remodelação daquele dispositivo da Unidade de Saúde do Conjunto Habitacional José Trindade, mais conhecido como COHABs I e II para atender toda aquela população da Zona Leste da nossa cidade. Esse é o trabalho que nós estamos desenvolvendo. Breve, nós estaremos trazendo aqui notícias a respeito da solução dessas nossas intenções. Eram essas nossas considerações por ter o momento nesta noite. Senhor Presidente, muito obrigado!” **José Elias Moraes:** (sem revisão do orador: 19:50) “Senhor Presidente. Saudações. Na Sessão passada, eu fui indagado por uma pessoa da plateia que queria saber minha opinião; e, por que eu não falo nada? Às vezes, há momento que é melhor ficar quieto porque nós sabemos. Qual é a função de Vereador é votar projeto. O projeto veio pronto, mas nenhum Vereador tem como interferir no Executivo para falar sobre finanças porque não vamos entender; não adianta! Na minha Empresa têm dezesseis funcionários. Eu quase que não entendo porque vem o Sindicato. Que chega com a proposta pronta e diz: - “José Elias, você concorda ou não concorda?”. Quer dizer que nós temos que concordar. Nós demos 4% este ano, Vereador João Batista Dias Magalhães, aos funcionários da construção civil. Atendendo o Sindicato da Construção Civil. Eu

faço parte desse Sindicato. Preocupa porque quem entende de finanças é a Secretária de Finanças e o Prefeito. Eles sabem o dinheiro que entra lá. Ele sabe o que pode estar fazendo. Não adianta ele dar o aumento aqui. Vocês Achrom que o Prefeito não teria vontade de dar aí 10% (dez por cento). Têm vontade sim! Eu falo assim porque eu teria vontade de dar aos meus funcionários dez por cento. Eu teria essa vontade. Eu falo com conhecimento! É uma Empresa com trinta anos. Eu sou Vereador. Este é o meu quinto mandato já. Eu fiquei um mandato fora, mas fui eleito em segundo lugar. Por causa da Legenda. Então, eu fico preocupado. Por que existe Sindicato? Porque Sindicato e Associação eles são para brigar pelos funcionários. São eles quem tem que brigar. Não é o Vereador brigar. Os Vereadores têm que votar projetos. Óh! Prefeito tem que aumentar!... Espera aí?! Eu tenho esse pensamento. E, pode ver aí no nosso Regimento. O que é a função do Vereador? É votar Projeto! Nós não podemos. E, nós temos que tomar cuidado porque pode ser bom de um lado e ruim do outro. Aí aumenta 10% a 6%. Vamos por aí >10%, No final do mês, o Prefeito fala que não vai dar para pagar os funcionários. E, como é que vai ficar?! Aqui, nós temos o Doutor Gustavo Pimenta. Ele tem um conhecimento muito grande. Ele sabe! Nós sabemos! Você já imaginou. Nós estamos em casa e o filho fala: - Eu quero um tênis que custa trezentos reais. Mas, espera aí, nós podemos comprar um tênis que custa duzentos porque eu vou ficar devendo o tênis depois + juros; e, se cobrar trezentos reais. E muitas pessoas estão devendo porque não sabem raciocinarem, não sabem fazer cálculo. Eu tenho certeza que, o pessoal da Finança eles estiveram aqui. Eu tenho certeza que o Presidente do Sindicato sabe também. O Senhor Jesus Buzzo é uma pessoa inteligentíssima. Eu tenho o maior respeito por você Jesus Buzzo. Você sabe também até onde o Prefeito pode chegar. Você sabe também! O Niquinha foi Presidente da Associação; mas, hoje ele é vice, ele sabe também. Acha que ele não teria vontade que o Prefeito aumentasse aí mais de 7% a 8%. É muito difícil. E, a nossa situação aqui, como Vereador, é difícilíssima também. Ah! Isso é outra coisa, mas eu acredito. Tem um ditado muito importante. Talvez, eu vou falar aqui, mas eu sei que o pessoal vai fazer troças: - "Antes

pingar do que secar.”. Eu penso dessa forma. Eu tenho a maior tranquilidade para falar. Eu tenho a maior tranquilidade. Eu estou dentro do sistema de Empresa. Eu estou vendo Empresa que nem aumento de salário deu para o funcionário. Tem Empresa que nem sequer o 13º Salário pagou para funcionário. Existe Empresa. E, vocês não imaginam a luta que é um Empresário para manter uma Empresa para dar um aumento. Vocês não imaginam. Eu falo com conhecimento. Eu sou Vereador! Sei que, como Vereador, eu vou passar; agora, Empresário eu vou ficar. São trinta anos de Empresa. Eu vou ficar! Eu vou ter que saber controlar também para manter o meu padrão de qualidade de serviço. Manter o meu padrão. Pagar os meus funcionários. Porque chega no dia, não interessa. Eles têm que ganharem ao que têm direito do seu dinheiro. Então pessoal, a minha opinião, hoje aqui é votar nesse projeto 4% (quatro por cento). Quero aí dizer a vocês que eu quero agradecer a presença de todos. Lógico que, não adianta nós querer fazer algo que nós sabemos que tem pessoas inteligentíssimas lá em cima. Eles vivem o dia inteiro fazendo cálculos para cumprir o dever dos seus vencimentos! Obrigado a todos!” **Luiz Antônio Moreira Salata:** (sem revisão do orador: 19:56) “Senhor Presidente. Senhores Vereadores. Saudações. Quero agradecer as inúmeras mensagens de preocupação porque essa semana eu tive sintomas de Dengue. Fiz exames. E o incrível é que deu negativo. Alerto a todos para que cuide da saúde porque ela é o maior bem do ser humano. Penso que, os atendimentos na UNIMED e UPA estão extrapolados. Diria ao Secretário de Saúde que convocasse um médico para só atender quem está com sintomas de Dengue. Ela é enfermidade perigosíssima. Leva as plaquetas de leucócitos lá pra baixo. E quem não tiver repouso e preparar uma dieta especial pode levar a óbito. Alerto o Secretário de Saúde e o Senhor Prefeito. Parabenizar o Zé Roberto pelo seu esforço que está empreendendo esse grande trabalho preventivo. Portanto, nós esperamos passar essa fase até negra da nossa cidade. Há quarenta dias, manifestei a preocupação com grande número de acidentes de trânsito. Eu presenciei um deles. Foi uma jovem. Eu a acompanhei na UPA. Fui à Barretos na internação; e, ela continua internada. Penso que, foi milagre o seu atendimento e a sua sobrevivência até

o momento. Acho que, a Administração, PRODEM, Polícia Militar e a população tem que dar as mãos. Todos os tipos de acidentes, inclusive, acidentes graves e muitas vezes por excesso de velocidade, outras vezes por falta de atenção, mas é vida humana que corre esse grande risco, portanto, mais uma vez, vou procurar os dirigentes desta cidade para que a gente tenha uma intervenção importante para que haja um programa de conscientização para evitar e coibir esses acidentes graves. Por último, dizer que neste final de semana, fui procurado por trabalhadores que reclamam da falta d'água na região leste: Santa Fé, Campo Belo, Alvorada, Harmonia e Morada. Já há alguns meses eu coloquei ao Prefeito sobre a necessidade de se implantar eventos de manobras para resolver essa questão. Sexta-feira os trabalhadores ficaram sem água e continuaram até domingo. Senhor Presidente. Senhores Vereadores. É uma solução que nós temos que encaminhar. Acho que tem que ser feito um estudo urgente no sentido de se implantar manobras, registros na rede; e, verificar esses poços para resolver em definitivo. Os trabalhadores já não aguentam mais. É só isso, Senhor Presidente, obrigado pela atenção. Eu agradeço a atenção de todos! Boa noite!" **Luiz Gustavo Pimenta:** (sem revisão do orador: 20:02) "Senhor Presidente. Saudações. Quero-me solidarizar com o Flávio Olmos, Flavinho. Dizer-lhe que travar a língua não é vergonha para ninguém. Isso aí, às vezes acontece. Isso é com todo mundo; é uma questão natural. Somos de carne e osso. Nosso estado emocional dependendo do dia têm variações. Agora, a questão dê-lhe chamar de mentiroso, você tem todo o meu apoio; isso, jamais poderia ter ocorrido. Isso foi bem explicado e alertado por mim na hora dos debates em que Vossa Excelência não estava; então, é só para registrar. Também, quero solidarizar com Vossa Excelência, Vereador, Luiz Antônio Moreira Salata. Está com dengue, mas não consegue um resultado positivo. Eu não estou criticando a Secretária de Saúde. Quero deixar bem claro isso. Eu acho que precisa divulgar mais a questão da dengue. Em toda a região tem; só Olímpia que não tem?! O Poder público poderia pegar mais em cima disso aí com as campanhas para informar à população e todos aqueles que querem vir a Olímpia, mas quero me concentrar aqui na

questão do aumento do funcionalismo. Quero deixar bem claro aqui todo apoio ao Senhor Jesus Buzzo. Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Olímpia - (**SSPMO**). Estive participando de algumas reuniões com O Senhor Jesus Buzzo. O pedido que está sendo feito pelo Sindicato ao Município não é nada estrondoso não. Vocês tiveram bom senso de levantar números. Observar o que foi pago e oferecido na região. O que vocês pleiteiam é 7% (sete por cento). Então não está fora de base. Hoje, houve aumento de 8,4% na energia, informação foi através de publicação no jornal. Nós tivemos aumento: - No transporte e produtos alimentícios. Então, não está fora. O Senhor Jesus Buzzo, Presidente do Sindicato, tem toda uma equipe que pode levantar esses dados. O problema é que na reunião o Poder Executivo veio armado; sem falar na falta de educação da Secretária. Você marca uma reunião para que possa compartilhar as informações. Ninguém é dono da verdade. Ninguém sabe tudo; como disse o outro Vereador aqui. Eu sou Advogado e tenho dificuldades com números. A gente tem que procurar apoio, realmente, de quem sabe fazer. Então, como o Sindicato apresentou esses números, não está fora: - 7% (sete por cento). Que não seja 7%; que seja 5%, mas ofereça algo em troca ao funcionalismo. Isso é uma questão de lidar com o funcionalismo, também foi tema debatido na reunião por uma Professora; fugiu-me o nome, é o respeito com que o Executivo vem tratando o funcionalismo público também. Isso tudo foi pautado. Para concluir, se esta Casa, hoje colocar o projeto. Alguns Vereadores tiveram a ideia de retirar o projeto, mas, mais uma vez o meu voto é contrário; seguindo a determinação do Sindicato. É isso daí! Volto no tempo da Liderança." **Marco Antônio Parolim de Carvalho:** (sem revisão do orador: 20:05) "Senhor Presidente. Saudações. Hoje, vou falar de Indicações e Requerimentos. Mas eu queria ter uma ajuda do Vereador Salata que tinha projeto. Eu estive no Estacionamento do Recinto do Folclore. Naquele local onde os alunos das Auto Escolas utilizam para aulas práticas de preparação, treinamentos e exames de balizas e manobras para receber a Carteira de Habilitação de Motorista. Nós fizemos Requerimento a PRODEM. Porque lá no Recinto está um desleixo total. Há buracos e mais

buracos de todos os lados atrapalhando as pessoas que fazem as manobras dos carros lá para tirar sua carteira de motorista. Eu estive lá. Teve aluno que falou que tomou pau porque ele tirou de um buraco. O cara que estava com ele falou que ele não tinha que ter tirado, enfim, aquele rolo tudo. A gente achou melhor pedir ao Leandro Pierin Gallina, Diretor Presidente da PRODEM, para que dê uma chegada até lá e faça pelo menos um trabalho de tapa-buraco para que não atrapalhe essas pessoas que vão lá. Não são somente as pessoas de Olímpia. Tem pessoas que residem na Comarca e vem para tirar a Carteira de Habilitação em nossa cidade. Fica muito feio apresentar um lugar daquele para exames de habilitação para tirar a carteira. Também sei eu tinha um projeto para banheiro. Não tem nem banheiro lá. Tem um banheiro no Campinho de Futebol lá. A pessoa tem que andar duzentos metros para usar o banheiro. E lá tem homens e mulheres. Tem pessoas refazendo sua carta de motorista. Igual o nosso amigo Totô, Advogado, que teve que tirar sua Carteira de Habilitação novamente. Então peço ao Leandro Gallina que vá lá e dê uma solução para aquele local. Eu me lembro de que desde o governo passado tinha um projeto. Eu cheguei a ver esse projeto. Só não sei o motivo porque até hoje não aconteceu à implantação daquele local. Hoje, quero agradecer o Gallina. Na Avenida Desembargador Manoel Arruda foi dado uma rapada naquele asfalto que eu falei na semana passada e fez tapa-buraco. Eu passei por lá e está funcionando perfeitamente e não vai mais pegar por baixo dos carros. Também quero agradecer a Gabriela Braga. Eu fui crítico, mas hoje acompanho o empenho para limpeza de terrenos em nossa cidade. Eu vi a listagem de todas as pessoas que estão sendo intimadas a limpar seus terrenos. Não é fácil. Agora, eu entendi direito porque não é fácil. Primeiro tem que descobrir quem é o dono. Depois prazo para notificar a pessoa e dar prazo a essa pessoa para fazer a limpeza. E, se não fizer a limpeza aí entra a Prefeitura. Eu sei que a população não está sentindo bem ainda. Espere mais uns dias porque parece que eles vão ter o controle total da cidade num curto espaço de tempo. Na semana passada eu falei sobre a nebulização. Com José Roberto Fígaro conversamos. Não fiz crítica a você. Eu fiz crítica ao serviço de combate ao

mosquito transmissor da dengue por causa dos terrenos sujos. A gente vê o empenho de vocês também, mas os terrenos sujos são criadouros do mosquito transmissor da dengue. Isso pode prejudicar. Inclusive, nosso Colega Salata pegou a dengue. Na semana passada, nós vimos o sofrimento dele para vir aqui na Sessão. Era isso o que eu tinha para falar. Por enquanto, muito obrigado; Senhor Presidente!" Não havendo mais oradores nos três minutos regimentais, passa-se, ao tempo das **Lideranças**. Usam da palavra os Vereadores: Assume a presidência o Vereador Marco Antônio Parolim de Carvalho. **Antônio Delomodarme:** (sem revisão do orador: 20:11) "Senhor Presidente. Saudações. Boa noite a todos os funcionários públicos. Funcionário público como eu. Não iria usar a Tribuna, mas quero agradecer ao Secretário por atender diversos pedidos dos alunos de AUTOESCOLA. Aulas práticas são realizadas no Recinto do Folclore. No local onde são realizadas essas aulas não tem banheiro masculino nem feminino. Eu fiz esse pedido. Já levantamos os dias dos exames para carta de habilitação de motoristas. Serão colocados dois banheiros químicos um para mulher outro para homem. Também pedi bebedouro d' água, mas não é possível porque se colocar o bebedouro d' água lá, com certeza, vai ficar uma noite só. O vandalismo, com certeza, vai levar embora. Então, parte do pedido está sendo atendido. Pelo menos, ameniza um pouco a situação. Pela manhã, assisti na televisão comentário da dengue no nosso Estado. Cumprimento à equipe de funcionários, sob o comando do José Roberto Fígaro, que trabalham no combate ao mosquito e seus criadouros do mosquito *Aedes Aegypti* - transmissor da dengue. Olímpia é a cidade que menos tem dengue. Para ter uma ideia, no Estado de São Paulo:- Bauru, aproximadamente, 9000 casos e oito mortes. Com a Graças de Deus que pare por aí! Que diminua a cada dia que passa. É melhor para todos que moram na cidade. Ao Flávio e o Pimenta, sobre as palavras que não saíram, não saíram a minha também quando pronunciei paralelepípedo. Agora falei certo tá! Mas eu falei errado. E me pegaram aí na rede social; Mas fazer o quê? Quero desafiar. Apenas 4% (quatro por cento) dos brasileiros falam o português correto. Se tiver é 5%. (cinco por cento). O resto ninguém fala o português correto. Então não me atingi isso

daí. E essa palavra: - "mentiroso", não partiu de mim; tá! Simplesmente, publiquei lá, mas não partiu da minha pessoa chamá-lo de mentiroso, mas foi uma live de uma Rádio, mas não foi da minha pessoa. Se, falaram porque estão querendo atingir a minha pessoa. É equívoco porque chamar de mentiroso, não partiu de mim, eu quero deixar isso bem claro; certo! Por outra, quero agradecer o Senhor Jesus Buzzo. Hoje de manhã, liguei para ele perguntando em que pé estava os funcionários públicos municipais. Vou ser sincero, eu também sou funcionário público, isso, já cansei de falar. Eu sou aposentado com vigia. Engoli muitas noites da minha vida no Ginásio de Esporte sendo vigilante. Hoje, sou aposentado e ganho mil e trezentos e poucos reais por mês. Eu gostaria sim que o reajuste fosse 12% - 14% ou 20%. Quem é que não gostaria? Eu gostaria, sim! Só que não conseguiram. Eu propus ao Jesus Buzzo juntar-se a mim para no ano que vem a gente brigar desde o início do ano. Junto comi, vamos pra cima. Vamos conquistar alguma coisa para nós funcionários públicos. Hoje, eu estou Vereador; lá na frente não estarei mais, estou aqui de passagem. Eu dependo do salário da Prefeitura para sobreviver. Eu estou sendo sincero de coração! Eu não faço demagogia com ninguém; tá! Eu gostaria aqui hoje que aprovaria 15% (quinze por cento), mas é como o José Elias falou: - O Vereador não tem o poder de executar. O Poder Legislativo legisla, quem executa é o Prefeito; e, não o Vereador. Boa noite a todos!" Reassume a presidência o Vereador Antônio Delomodarme. **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 20:16) "Senhor Presidente. Volto a Tribuna para dar sequência às matérias. Estou fazendo pedido para a Secretaria de Obras. Na Avenida Alberto Albergue tem um bueiro que perdeu a tampa, o mato está cobrindo esse bueiro, isso pode ser palco de acidente. Outro encaminhamento ao Poder Executivo. As estradas rurais do Distrito de Baguaçu e Ribeiro dos Santos. Aquela que vai para a Fazenda Baculerê, Agropecuária Baculerê, estas estradas estão intransitáveis. Há reclamações dos perueiros, também daquela Indústria que fica na Zona Rural. A respeito da dengue, por parte do Prefeito existe a determinação de extraordinariamente contratar oito agentes para o combate a dengue. Há sessenta dias venho pedindo que contrate

rapidamente para não virar epidemia. São várias reclamações. Acredito que, o Setor de Epidemiologia não consegue atender à demanda da cidade e poderá haver problema. Mais uma vez, eu peço a Secretária da Administração. O Prefeito já autorizou a contratação; e, a coisa não anda. Na hora que houver a explosão na cidade, aí não vale mais nada. Essas Agentes é para fazer o combate certamente. Dizer também que, aprovamos aqui a conscientização e combate aos crimes de internet. Faço pedido à Secretária da Educação para que na Câmara ou Casa de Cultura reúna para fazer palestra de conscientização. Eu me proponho a fazer essa Palestra para explicar o que temos de legislação aqui no nosso Brasil. Muito obrigado!" **Flávio Augusto Olmos:** (sem revisão do orador: 20:19)

"Senhor Presidente. Junqueirópolis a cidade que deu 8% de aumento no salário. Quando falam que Vereador só pode votar, só pode trabalhar em cima e olhar as contas do Prefeito, então teria sim como economizar. Vê vários carros zero para Comissionados andar. Instituto Aquilha com um milhão e oitocentos mil reais. Cartão Cidadão por novecentos e cinquenta mil reais. No ano de 2018 gastou quatro milhões e meio de reais com os Comissionados. Protocolei Projeto. As Comissões que acharem o projeto ilegal deixa o Plenário votar. Recomendação do Ministério Público. No ano de 2020 50% dos funcionários tem que ser funcionário de carreira. Isso faria uma economia enorme aos cofres públicos. Há Diretores de área que ganham quatro mil e quinhentos reais. Um toma conta do rio do lado de lá outro do lado de cá. Então colocaria funcionário de carreira. Automaticamente já estaria economizando. Sendo assim, a economia seria mais ou menos em torno de dois milhões duzentos ou trezentos mil reais por ano. Com essa economia dar um aumento para funcionário de carreira. Hoje a gente que a insatisfação é muito grande dos funcionários. Que o projeto, tranquilamente, possa tramitar. Quero Parabenizar o Jesus Buzo. Os funcionários ganharam 0: 25%. O ano eu vem será ano político. No ano que vem pode contar com os votos. Quero dizer que voto conforme o Sindicato pede. Um abraço; e, podem contar comigo!" Com a palavra, o Senhor Presidente: **Antônio Delomodarme:** (sem revisão do orador: 20:23)

"Senhores Vereadores. A partir da minha Presidência, os projetos

que forem apreciados pela Comissão de Justiça e Redação e rejeitados. E, pelo Jurídico da Casa como inconstitucional não serão encaminhados ao Plenário para serem apreciados. Faz tempo que fazem trampolim político com projeto inconstitucional. Nós só vamos gastar energia que é dinheiro do povo. Não havendo mais oradores passaremos a Ordem do Dia.” A seguir, esgotados os Oradores dos três minutos regimentais às Lideranças tem início a **ORDEM DO DIA**. Dando sequência aos trabalhos, é lido, pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Requerimento nº 204/2019**, que requer **urgência** para a discussão e votação do **Projeto de Lei nº 5467/2019**, Avulso nº 34/2019, de autoria do Executivo, que dispõe sobre o reajuste de vencimentos e salários de servidores municipais e dá outras providências. Prosseguindo com os trabalhos, em questão de ordem, o Vereador Fernando Roberto da Silva solicita verbalmente a suspensão da presente sessão por 10 (dez) minutos, para discussão dos Vereadores sobre o Projeto de Lei nº 5467/2019. **Flávio Augusto Olmos**: (sem revisão do orador: 20:25) “Senhor Presidente. Gostaria que respeitasse o tempo de dez minutos. Ninguém vem aqui para brincar. Que seja respeitado os dez minutos.” Com a palavra, o Senhor Presidente: **Antônio Delomodarme**: (sem revisão do orador: 20:25) “Senhores Vereadores. Concordo plenamente com a sua pessoa!” **José Elias Morais**: (sem revisão do orador: 20:25) “Senhor Presidente. Como é que vamos discutir esse projeto com dez minutos?! Não dá nem para chegar ali; gente? . Como podemos discutir um projeto em dez minutos.” **Fernando Roberto da Silva**: (sem revisão do orador: 20:26) “Senhor Presidente. Não vamos discutir o projeto inteiro. Nós já sabemos o Projeto. Conversando com o Vereador Salata. Ele não conseguiu participar das reuniões devido à questão dele de saúde. A gente já sabe o que quer. Então 10 minutos dá muito bem para a gente conversar na Sala de Reuniões.” Com a palavra, o Senhor presidente: **Antônio Delomodarme**: (sem revisão do orador: 20:26) “Senhores Vereadores. Respeito à opinião de todos, mas em minha opinião cinco minutos seria o suficiente porque ali naquela Sala só vai falar quem vota e quem não vota. É coisa rápida. Então, eu acho que cinco minutos é o suficiente. Não precisa nem dez, nem meia hora. Para mim é só

cinco minutos! Vai votar? Não! É isso aí só que vai ser discutido lá dentro. Eu sou muito transparente, principalmente, com vocês que são funcionários públicos; certo! O assunto já foi discutido, debatido e não tem que dar canseira em vocês não. ; aqui não! Só dizer quem vai votar e quem não vai votar; simplesmente isso. Eu sou muito transparente, principalmente, com vocês funcionários públicos. O assunto já foi discutido e debatido, não tem que dar canseira em vocês aqui não. Tem que ver quem vai votar, simplesmente, isso; certo!" A seguir, o Senhor Presidente submete o Pedido ao plenário. Realizada a votação constatou-se que o mesmo foi aprovado pela unanimidade dos Edis presentes. Com a palavra, o Senhor Presidente informa o Plenário que a Sessão será suspensa por 10 (dez) minutos. A seguir, a Sessão é suspensa. Os trabalhos são reabertos. A seguir, o Requerimento nº 204/2019 é colocado em **discussão**. Não havendo oradores, o Requerimento é colocado em **votação**, sendo regimentalmente **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. Prosseguindo com a tramitação, aprovada a urgência e com o Parecer verbal da Comissão de Justiça e Redação, favorável à livre tramitação do Projeto de Lei nº 5467/2019, o Senhor Presidente o coloca em **primeira discussão**. Não havendo oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. A seguir, em **regime de urgência**, o Senhor Presidente solicita os Pareceres verbais das Comissões de Finanças e Orçamento; Ação Social e Econômica; Urbanismo, Obras, Viação e Transportes; Legislação Participativa; e de Educação, Esporte e Cultura. Com a palavra os Vereadores:

Luiz Antônio Moreira Salata: (sem revisão do orador: 20:44) "Senhor Presidente. Como, Membro da Comissão de Finanças e Orçamento, nesse período pequeno de entendimento, tenho convicção que o orçamento do município cresceu muito. Olímpia tem arrecadação de município acima da média. Eu como membro dessa Comissão Especial que analisa o aspecto orçamentário financeiro, ouvindo Senhores Diretores do Sindicato dos Servidores, eu vou votar contrário a esse reajuste."

Luiz Antônio Ribeiro: (sem revisão do orador: 20:45) "Senhor Presidente. Eu falei que vou votar contrário porque eu achei muito pouco 4% (quatro por cento). Eu estou com o Sindicato. Meu voto é

contrário!" Com os Pareceres verbais e favoráveis da maioria dos membros da Comissão de Educação, Esportes e Turismo, e com Pareceres contrários das demais Comissões, o Projeto, nos termos do Artigo nº 202 do Regimento Interno desta Edilidade, é colocado em **segunda discussão**. Votaram contrário os Vereadores Flávio Augusto Olmos, Hélio Lisse Júnior, Luiz Antônio Moreira Salata, Luiz Antônio Ribeiro e Luiz Gustavo Pimenta, nas respectivas Comissões. Usam da palavra os Vereadores: **Luiz Gustavo Pimenta:** (sem revisão do orador: 20:46) "Senhor Presidente. Deixar claro à população, também aos presentes, somos a favor do aumento ao Servidor, mas desde que seja um aumento digno. Que o servidor possa dizer à família:- Olha! O Prefeito não deu um aumento maior por causa disso, disso, disso...; mas não ficar nessa baixa de 4%. Nós gostaríamos de votar aqui 6% ou 5%. E, um aumento no Vale Alimentação. Nossa manifestação contrária é pelo valor. Sabemos que a Prefeitura pode sim chegar mais um pouco. Funcionário como é consciente, ninguém está pedindo 10%. Com certeza, os funcionários iriam entender a posição do nosso município. Essa é a nossa manifestação. Deixo aqui meu voto contrário a esse aumento." **Flávio Augusto Olmos:** (sem revisão do orador: 20:47) "Senhor Presidente. Falei na Tribuna dos gastos excessivos e verdadeira farra do dinheiro, às vezes, jogado no lixo. Farmácia Popular, sete meses com aluguel de cinco mil reais, reforma de cinquenta mil reais. A gente vê pessoas reclamando que falta remédio de vinte e cinco reais. Eu sou contrário pela falta de dialogo Prefeito versus funcionários. Uma ditadura, velha política, isso tem que acabar. Sou contrário. Sou a favor do Sindicato; e, dos funcionários públicos." **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 20:49) "Senhor Presidente. Vou contrariar o Flávio, mas não tem jeito de montar a Farmácia se não fizer reforma. A finalidade é buscar melhoria. Nesse ponto defendo a saúde, lutei pela hemodiálise. Hoje, a respeito desse projeto teve aqui uma mini Assembleia. Jesus Buzzo falou na frente da Secretária que faria uma reunião aqui na frente. Tem que ter jogo de cintura. Não é momento de discutir esse projeto. Pedimos a retirada. Pedimos ao Jesus Buzzo fizesse uma extraordinária que tivesse mais

representatividade do que a que ele tem aqui; e, ele disse que dava. Então, o problema chama-se jogo de cintura. É fácil expor para jogar os Vereadores aos leões. Depois, na política quando estiver queimado feito carvão; é complicado! Temos que ter pelo menos senso. No meu ponto de vista, é inoportuna essa votação, mas fazer o quê? Se a gente dá um tempo para que isso aconteça, eles pedem uma representação; e, uma coisa é certa: Tem gente que é contrário; e, tem gente que é favorável. Então, o que se busca seria a negociação. Aquela reunião não avançou em nada com a Secretária. E o Fernandinho pediu: "Pelo amor de Deus, vamos dar um passo!" Só que a gente não tem voz. Aí joga no teu colo e diz: - Toma que a criança é sua. Nesse dia da reunião técnica com a Secretária. Eu falei para a Secretária: Traga uma proposta. Até, segunda-feira fale com o Prefeito. Na segunda-feira a Senhora dá a resposta. Ela disse: - "Não! Nós não podemos criar uma expectativa." - Poderia ter criado, do jeito que estava ia ficar, se tivesse alguma progressão; bom! Que dê dez reais em vale refeição. Eu não falo em sete ou oito por cento porque isso não é real. No Orçamento, a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária - O orçamento caiu de 255 para 251 milhões. Tivemos uma perda de cinco milhões. Não cresceu, ele caiu, provavelmente pelos cortes. Convênios estão aí sem confirmação. Essa situação desajeitada no dia hoje para os Vereadores. Para os funcionários não. Nós estamos desarrumados. Intransigência para mim não é possível. O Fernandinho pediu: Gente, vamos tirar esse projeto. Vamos tentar votar quando tiver serenado os funcionários. Hora que buscar representatividade maior. Dizem que a representatividade do Jesus não é plena. Eu sei que é. Ele também sabe, mas pelo menos dizer que é a ultima vez. Vamos fazer uma extraordinária. O que decidir estará decidido! Na mesa de negociação uma bala ou uma moeda é negociação. Sabendo dessa reunião, ela foi realizada hoje na frente da Câmara, então é difícil a tal de falta de cintura política, essa é a minha leitura, portanto, minha contrariedade quando você não abre um milímetro de negociação." **Marco Antônio Parolim de Carvalho:** (sem revisão do orador: 20:55) "Senhor Presidente. Atentamente, ouvi o Senhor Vereador Helinho. Acho que, houve

inversão no projeto. Há poucos daqueles que participaram. Eu acho que vocês é uma Classe muito desunida. As duas vezes em que estivemos cara a cara com vocês é a minoria que estava aqui. Eu não sei se é só vocês que estão interessados ou que os outros não estão interessados. Arriscado vocês não terem nada! Os outros também a não terem nada! Eu já participei de vários acordos coletivos e reuniões; não como funcionário público, mas nós tínhamos o índice da categoria. A Empresa chega com o índice. E, depois eram feitos os acordos. Eu não vi esses acordos com vocês nas reuniões que participei. Para mim, não teve validade nenhuma, Vocês não falaram nada. A Secretária falou menos ainda. Um quer; o outro não quer; então, o que é que aconteceu? Caiu aqui na Câmara Municipal. Eu não sou responsável nenhum para dar aumento para vocês. Eu sou Vereador para aprovar projeto. Como disseram vários Vereadores aqui! O projeto chega aqui. Nós temos que analisar se o projeto é constitucional. A gente tem que aprovar sim ou não; vai do pensamento de cada Vereador. Agora, não vou dizer: - Antes pingar do que faltar. Acho que, pelas reuniões que eu vi aqui muita gente vai sair prejudicada se esse projeto não passar. Hoje, se não for aprovado esse projeto; porque tem chance de não ser aprovado. Nós vamos votar. Nós somos nove pessoas aqui. Tem grande chance de passar, como também de não passar; e, se não passar, não pensem vocês que vai ter outra oportunidade de aumento; vocês não vão ter aumento! Antes da Sessão, eu liguei para a nossa região aqui inteira. Liguei, mas eu sei que cada cidade é uma história. Só que, todas as cidades aqui da nossa região não deu um centavo e nem 1% (um por cento) de aumento. Preocupa porque será que aprovar o projeto vem 3, 75%. Nós fomos discutir isso aí, não vem gente, vocês não vão ter nada! Hoje, aqui na Câmara teve gente pedindo pra aprovar, a pessoa estava aqui pediu para mim e para o Helinho também. Eu estou bem tranquilo para aprovar o projeto; e, desaprovar também. Nós vamos ver o que é que vamos fazer. Só que, estou muito preocupado porque não está a maioria aqui. Pelo que eu senti; a maioria não participou em nenhuma reunião com vocês. Senhor Presidente. Essa era minha ponderação. Eu estou preocupado mesmo. Espera-se o ano inteiro para ter reajuste, mas quando chega

a hora H ficar sem é triste; mas, eu desejo sorte para vocês!”

João Batista Dias Magalhães: (sem revisão do orador: 21:00) “Senhor Presidente. O Senhor Vereador Hélio, o Vereador Marco e os demais também fizeram observações bastante oportunas. Na verdade, o papel da Câmara é votar projeto de lei. Nós somos três Poderes Constituídos. Executivo, Judiciário e Legislativo. Legislativo atende o aspecto legal, constitucional, tem regras para isso e aprova ou não determinadas leis que é naquilo que o município legisla. Estou aqui há vários anos. Todos os anos que o Prefeito tem que dar aumento ou correção salarial o projeto de lei tem que passar pela Câmara. Já houve época que não teve, o projeto foi rejeitado aqui. Nós discutimos se 4% é pouco. Que o ideal é 7%; 8% ou 10%. Isso tem estar previsto no Orçamento, votado no ano anterior. Na Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO. Na Sessão de apresentação do Executivo a pauta da Câmara, não tinha um representante dos servidores preocupado em fazer uma previsão para o próximo ano. A partir de 2009, o orçamento do município dobrou; e, o salário mínimo dobrou. Não teve participação tão efetiva. Naquela época, tinha oportunidade, não de dobrar o salário mínimo, mas havia condições. O orçamento que era de oitenta milhões foi para duzentos e pouco, então, era possível mexer no salário naquela época. E, não houve a participação, mas o Prefeito então fez os investimentos nos setores que achou adequado. Até porque, salário estava sendo corrigido de acordo com a inflação. Reajustou-se de conformidade com a inflação e alguma coisa mais. Nesse aspecto, o Sindicato sabe muito mais porque é conquista do trabalhador. Os funcionários públicos tem uma situação diferente de quem está na iniciativa privada. No setor público municipal, vocês estão lidando com o Prefeito, a Prefeitura, é o empregador de vocês. Para dar aumento é preciso que o Legislativo dê uma autorização. É uma Lei. Então, não é simples assim. Nosso poder de limitação aqui é grande a respeito desse tipo de matéria. Qualquer Vereador entre os dez aqui que queira fazer Emenda Parlamentar não pode porque não tem nem previsão orçamentária nesse sentido. O Sindicato, se não atender os 4% (quatro por cento) que é a necessidade da categoria. Eu já falei para o Jesus Buzzo: Vai a

Justiça e instaura o Dissídio Coletivo que é um processo legal contra a Prefeitura. Senhor Presidente. Nós diante de um projeto como esse. Até entendo que os 4% não atenda à aspiração da Categoria. Certamente, não atende mesmo. Nós estamos entrando num processo inflacionário que o país vai sofrer daqui um tempo. Realmente, vai refletir no bolso dos trabalhadores. É uma categoria que há muitos anos não sofreu aquele reajuste salarial que deveria sofrer. Recentemente, o Prefeito Fernando Cunha fez uma adequação aos Agentes Comunitários de Saúde para dar melhoria para essa Categoria. Um setor crítico, mas é um recurso que vem do Governo Federal para poder auxiliar. Acho que, vocês não devem desistir nunca das suas aspirações. Não é aumento que vai atender a necessidade de vocês, mas sim a melhoria de capacidade funcional de cada servidor do município de Olímpia. Para uma grande massa de Servidores a remuneração possa não ser suficiente. Às vezes, a condição de trabalho possa ser melhorada de outros aspectos. Vereador José Elias falou. De vez em quando, eu também falo. Tem conquistas que é possível você agregar ao salário. Nem sempre o Empregador tem capacidade de dar um ganho real. Sei que 0.25% são ínfimos, não tem peso significativo no salário do trabalhador, mas entenda que é acima da inflação. Sei que não é o ideal. Mas se você sair desse contexto da Câmara Municipal dos 4%. Como o próprio Presidente disse: Não tem alternativa ou tem porque é preciso na LDO fazer a previsão para o ano 2020. É dessa forma que faz a programação. Uma preparação prévia para pelo menos ter dinheiro assegurado para essa Categoria. Na montagem do Orçamento Financeiro que estabelece a possibilidade do reajuste do salário adequado à inflação e mais alguma coisa de ganho real. A inflação ninguém sabe qual vai ser porque só será informada em 31 de dezembro de 2019 ou no começo de janeiro. Você pode trabalhar a previsão de ganho real meio por cento ou 1% (um por cento). Qualquer índice acima de 3, 75% é ganho real. Tem-se Previsão Orçamentária de dar 3% no Orçamento de ganho real para a Categoria. Vereador Pimenta passou por lá e sabe disso. Se não tem a previsão legal e não foi aprovada, então, vai gerar essa dificuldade. Tranquilamente, posso dizer que a Categoria vai ficar

insatisfeita. Não por causa desse aumento. É por causa de um monte de situações que foram represando ao longo de sua vida funcional. Geralmente, nessa hora você depara com o aumento. Muitas vezes o ônus cai nas costas dos dez Vereadores aqui. Se você aprova, atendeu um segmento. Se não aprova, não atendeu o outro segmento. Então há uma divisão? Há uma divisão! Estamos submetidos a uma situação bastante de risco. Muitas vezes, somos obrigados a ouvir manifestações que nenhum Vereador pode ser considerado responsável. Quem conhece o Regimento. Quem conhece a Lei Orgânica sabe que Vereador tem poder de legislar certas matérias específicas de cada financeiro, a legislação específica mesmo o Executivo. Se não houver trabalho do Sindicato ou Associação da categoria em si junto ao Executivo não tem como. Convido para que possam participar da LDO das duas gestões junto ao Executivo para que vocês não sejam surpreendidos mais nos próximos anos.” **Flávio Augusto Olmos:** (sem revisão do orador: 21:11) “Senhor Presidente. Reunião no Sindicato, haver lá dez funcionários, eles respondem pelos mil. Eu peço que haja mais respeito porque eles merecem um pouco mais de respeito aos funcionários. O Líder do Prefeito está vendo que não está bom. O projeto vai ser reprovado. Retira o projeto. Leve ao Prefeito Municipal. Às vezes a gente consegue lá 5% (cinco por cento). Quando vocês receberam 0,25% vocês já foram vitoriosos. Peço ao Líder do Prefeito que retirasse o projeto. Conversasse com o Prefeito e melhorasse esse projeto.” **Luiz Gustavo Pimenta:** (sem revisão do orador: 21:13) “Senhor Presidente. Com todo respeito ao Doutor João. Eu discordo das colocações feitas aqui. Quando faz Orçamento. Prevê não só o aumento do funcionalismo, mas o aumento do remédio, da gasolina, da cesta básica. Fala que, salário do funcionário não pode ser discutido nem aumenta porque não está previsto no orçamento. Está abaixo de 47%, índice nacional. Vossa Excelência disse que é o Prefeito que tem que determinar o Orçamento. Não é porque não está previsto no orçamento que o Prefeito não pode dar aumento 6%. Eu falei 7%. A diferença são 2%. É responsabilidade do Executivo o aumento do funcionalismo. É nossa responsabilidade fazer essa ponte também. Não vamos justificar os números para não dar aumento aos funcionários. Isso, eu não acho

correto.” **João Batista Dias Magalhães:** (sem revisão do orador: 21:15) “Senhor Presidente. Quando falo em aumento. Não pode misturar aumento com reposição salarial. Vossa Excelência misturou reposição salarial com aumento. 6% talvez seja uma pretensão da categoria. Se não tiver isso no Orçamento, não tem jeito. Dando 4% (quatro por cento) - 3, 75% são de reposição salarial. R\$ 1. 390,00 foram para R\$ 1400,00 com a correção. Eu dou mais cinquenta reais de ganho real. Isso deveria estar previsto no Orçamento. São regras da Lei que deriva da Federal, Estadual e Municipal.” **Luiz Gustavo**

Pimenta: (sem revisão do orador: 21:16) “Senhor Presidente. Votamos o Orçamento no ano passado. Como o Prefeito iria imaginar que vamos dar 0, 25% de aumento. Ele tem que prever. Como imaginar que o combustível iria subir duas, três vezes, depois que votamos o Orçamento. Ele tem reserva. Tanto que pode porque votamos em todas as Sessões projetos de Crédito Suplementar. O que não podemos é ultrapassar o Índice da folha. Nós votamos o Orçamento já com ideia de dar 0, 25% para o funcionalismo. Agora, o Prefeito tem que estar preparado para dar ganho real.” **Hélio Lisse Júnior:**

(sem revisão do orador: 21:17) “Senhor Presidente. Eu e Jesus Buzzo estivemos presentes na LDO do ano passado. Estive presente na LDO deste ano. O que foi previsto no ano passado é mais ou menos o que está saindo aqui em termos de aumento. Perguntei a Secretária Mary qual seria a previsão de aumento para os funcionários públicos. Ela respondeu - Nós trabalhamos com índice futuro de inflação de alguns Institutos sério. Nós estamos fazendo uma reserva de quatro por cento; não inflacionária. Ela trabalhou com índice futuros de alguns organismos que faz previsão futuras. Olha a responsabilidade que o Sindicato está pondo nas costas dos Vereadores. É muito grande essa responsabilidade. Existe um Órgão Classista que representa toda a Classe, ou seja, havendo uma Assembleia e não comparecendo, se decide pela maioria presente. Essa é a responsabilidade. Não sou contra o Prefeito nem a favor. O que eu queria mesmo, nesse momento da discussão, ela está amena. Dado o tempo dessa representatividade que está em questionamento. Já falei que tem gente que quer aumento, tem gente que não quer. Suspenda esse projeto. Vamos suspirar. Marca Extraordinária para

sexta-feira ou segunda-feira e vamos votar. Só isso. Foi o que propus para o Jesus Buzzo. Tem condição de fazer uma Extraordinária amanhã à noite. Ele respondeu. Tenho! Então faça. Na quinta-feira a gente vota o projeto. Só isso que pedi. Às vezes iria votar os 4%. Sim! Não iria mexer em absolutamente nada. Pelo menos bebê de Rosemary seria diferente. Voltando a LDO havia previsão de quase 4%, Neste ano a LDO só tem previsão da inflação futura. Trabalha com alguns órgãos com projeto de inflação. Foi 3,98% São 4%. É a realidade hoje. Vamos dar oito, dez, quinze. Não existe isso. Quatro e meio ou cinco sofrendo. De acordo com a previsão Orçamentária. Tá bom! Era isso que eu queria me posicionar!"

Fernando Roberto da Silva: (sem revisão do orador: 21:21) "Senhor Presidente. Saio triste dessa votação pelo projeto de aumento não ser aprovado, mas saio com a minha consciência tranquila. O Senhor Jesus Buzzo e os funcionários que participaram da reunião sabem do meu esforço. Solicitei ao Prefeito Vale alimentação. Desses 3.75 chegar a 4%. Também chegar a 220. Vocês sabem do que estou falando. Na Sessão passada, não contente com o aumento pedimos para retirar o projeto. O projeto foi retirado. Na quinta-feira tentamos dialogo mais uma vez com a Secretária Eliane e Secretária Mary. Também com os funcionários. Infelizmente, não conseguimos. Hoje, gostaria de votar 4.5% ou 5% ou ticket maior. Mas estou vendo que o projeto vai ser reprovado. De quatro vai cair para 3.75%. Tentei retirar o projeto. Conversar com o Senhor Prefeito. As discussões e as contas já foram feitas. Se for reprovado hoje, pelo menos pode chegar aos índices da inflação. Eu sou a favor do Sindicato. Saio com a minha consciência tranquila. Fico triste porque além dos 4% proposto ainda vamos ter um índice menor ainda. Mas vamos estar ao lado dos funcionários públicos. Eu fico tranquilo com a minha consciência." **Luiz Gustavo Pimenta:** (sem revisão do orador: 21:25)

"Senhor Presidente. Solicito a Vossa Excelência a suspensão da votação desse projeto. Para que possa ser votado na próxima Sessão. Esse é o Requerimento. Gostaria que colocasse em Plenário." Com a palavra o Senhor Presidente: **Antônio Delomodarme:** (sem revisão do orador: 21:26) "Senhor Vereador. Vou indeferir seu pedido, Prometi ao Jesus Buzzo. A minha função como Presidente não posso

deixar de colocar o projeto em votação. Eu sou funcionário assim como são vocês. Já cansei de falar que gostaria de ter reajuste muito maior do que isso. Eu já lutei e consegui no tempo do ex-prefeito. Lutei muito. Deus sabe que estou falando a verdade. Eu sou funcionário Público. Agora, eu sentado nesta cadeira na função de Presidente. Vou colocar o projeto em votação. Defiro o Pedido do Nobre Vereador Pimenta. Vou colocar em votação o projeto. Seja o que Deus quiser! Tudo está nas mãos de Deus! São os Vereadores que tem o Poder de decidir. Se vai votar favorável ou contrário. Se o projeto for rejeitado. Jesus Buzzo também a Diretoria do Sindicato vai tomar o rumo que deve ser tomado e partir para alguma coisa. O Prefeito também vai esperar a decisão do Sindicato. AA minha função é colocar o projeto em votação. Com a palavra Senhor Vereador José Elias de Moraes.” **José Elias Moraes:** (sem revisão do orador: 21:27) “Senhor Presidente. Gostaria que esse projeto fosse votação nominal.” O Senhor Presidente submete o Pedido de votação nominal ao plenário. Realizada a votação constatou-se que o mesmo foi aprovado pela unanimidade dos Edis presentes. Com a palavra, o Senhor Presidente informa o Plenário que a segunda votação do Projeto de Lei nº 5467/2019 será nominal. Não havendo mais oradores, em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **rejeitado** por 05 (cinco) votos contrários e 04 (quatro) votos favoráveis dos Edis presentes no plenário. Votaram contrário os Vereadores Flávio Augusto Olmos, Hélio Lisse Júnior, Luiz Antônio Moreira Salata, Luiz Antônio Ribeiro e Luiz Gustavo Pimenta. Votaram favoráveis os Vereadores Fernando Roberto da Silva, João Batista Dias Magalhães, José Elias Moraes e Marco Antônio Parolim de Carvalho. A seguir, nos termos regimentais, o Senhor Presidente informa o Plenário que com a rejeição em segunda votação do Projeto de Lei nº 5467/2019, o referido Projeto é **arquivado**. Dando sequência aos trabalhos, é lido, pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Requerimento nº 205/2019**, que requer **urgência** para a discussão e votação do **Projeto de Lei nº 5468/2019**, Avulso nº 35/2019, de autoria do Executivo, que dispõe sobre o caput do artigo 2º da lei nº 4.351, de 17 de abril de 2018, que dispõe sobre o “Auxílio Alimentação” aos servidores públicos. O Requerimento é colocado

em **discussão**. Não havendo oradores, o Requerimento é colocado em **votação**, sendo regimentalmente **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. Prosseguindo com a tramitação, aprovada a urgência e com o Parecer verbal da Comissão de Justiça e Redação, favorável à livre tramitação do Projeto de Lei nº 5468/2019, o Senhor Presidente o coloca em **primeira discussão**. Não havendo oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. A seguir, em **regime de urgência**, o Senhor Presidente solicita os Pareceres verbais das Comissões de Finanças e Orçamento; Ação Social e Econômica; Urbanismo, Obras, Viação e Transportes; Legislação Participativa; e de Educação, Esporte e Cultura. Com o Pareceres verbais e favoráveis da maioria dos membros da Comissão de Educação, Esportes e Turismo, e com Pareceres contrários das demais Comissões, o Projeto, nos termos do Artigo nº 202 do Regimento Interno desta Edilidade, é colocado em **segunda discussão**. Votaram contrário os Vereadores Flávio Augusto Olmos, Hélio Lisse Júnior, Luiz Antônio Moreira Salata, Luiz Antônio Ribeiro e Luiz Gustavo Pimenta, nas respectivas Comissões. Usam da palavra os Vereadores: **Luiz Gustavo Pimenta:** (sem revisão do orador: 21:35) "Senhor Presidente. Já discutimos bastante em relação ao aumento aos Servidores. E com mais veemência a esse projeto de R\$ 220,00 de Auxílio Alimentação. Estão aumentados vinte reais. Índice que não atinge a todos porque tem outras despesas. Poderíamos chegar a R\$ 10,00 (Dez Reais) para mostrar um pouco. Mas não, nem isso foi possível. A Secretária foi muito categórica não abre mão nem de cinco reais sequer em relação ao Auxílio Alimentação. Mantenho minha postura. Quero registrar meu voto contrário." **Flávio Augusto Olmos:** (sem revisão do orador: 21:35) "Senhor Presidente. Voto contrário. Como eu falei se houvesse debate ou uma reunião. O Executivo escutasse os Vereadores e os funcionários de carreira. Sugeri nesse aumento de 4%. Se cortar o aumento dos funcionários comissionados já daria para dar R\$ 10,00 de aumento no vale alimentação. Por não haver dialogo direto com o Sindicato o meu voto é contrário, Senhor Presidente." **João Batista Dias Magalhães:** (sem revisão do orador: 21:37) "Senhor Presidente. Quero rebater

a palavra do Vereador Flávio. Quando ele fala que o Prefeito não dialogou isso não é verdade. Eu cheguei ver o Presidente do Sindicato na Prefeitura para negociar com o Prefeito. Seria bom municiar essa Casa de Leis e ter as atas para saber quantas vezes foram realizadas essas negociações ou não. Precisa ter cuidado quando diz que o empregador não negociou. Dá-se a impressão que o Prefeito quer enfiar esse índice e essa questão do vale refeição de uma forma impositiva. Isso não é verdade! Ele apresentou o índice ao Sindicato. Possa ser que o Sindicato não tenha concordado o que é diferente porque apresentou. Houve o relacionamento de negociação. Nós precisaríamos ver se houve atas dessas negociações, se teve pauta que foi protocolada. Senão, vamos estar envolvido numa teia de responsabilidade e culpa que nós não temos. Nós aprovamos leis. Houve negociação. Pode ser que não chegaram a um acordo o que é diferente. Aqui nós temos que estar sobe as regras da lei: Lei Orgânica, Regimento e Código de Ética.” **Flávio**

Augusto Olmos: (sem revisão do orador: 21:41) “Senhor Presidente. Quando eu falei, eu achei que poderia ir à reunião lá na Casa da Cultura. Eu vejo os funcionários com um medo tremendo. Não vem na Câmara nas Sessões com medo de represálias. Poderia ter vindo a reunião. Mandou a Secretária. É quatro por cento morreu o assunto. É só economizar um pouquinho com os caras que estão mamando na teta da Prefeitura, mas não! Eu nem posso falar muito.” **Hélio**

Lisse Júnior: (sem revisão do orador: 21:41) “Senhor Presidente. Peço ao Jesus Buzzo e ao Germano e os Servidores que lavrassem uma ata da reunião que fizeram aí na frente. O que é que foi decidido por vocês na maioria. Isso é muito importante porque amanhã a categoria vai querer imputar aos Vereadores uma coisa que não é da responsabilidade deles.” Com a palavra o Senhor Presidente:

Antônio Delomodarme: (sem revisão do orador: 21:43) “Senhores Vereadores. Quero dizer aos funcionários públicos aqui presentes. Que ao contrário do que o Flavinho falou aqui a Câmara Municipal é do povo! Fique à vontade a hora que vocês quiserem a Câmara esta à disposição de todos os funcionários públicos municipais. Aqui nós representamos o povo. A Casa de Leis aqui é do povo.” Não havendo mais oradores, em **segunda votação**, sendo na forma

regimental, **rejeitado** por 05 (cinco) votos contrários e 04 (quatro) votos favoráveis dos Edis presentes no plenário. Votaram contrário os Vereadores Flávio Augusto Olmos, Hélio Lisse Júnior, Luiz Antônio Moreira Salata, Luiz Antônio Ribeiro e Luiz Gustavo Pimenta. Votaram favoráveis os Vereadores Fernando Roberto da Silva, João Batista Dias Magalhães, José Elias Morais e Marco Antônio Parolim de Carvalho. A seguir, nos termos regimentais, o Senhor Presidente informa o Plenário que com a rejeição em segunda votação do Projeto de Lei nº 5468/2019, o referido Projeto é **arquivado**. Prosseguindo com os trabalhos, em questão de ordem, o Vereador Marco Antônio Parolim de Carvalho solicita verbalmente que sejam apreciados em bloco os **Projetos de Lei nº 5471 e 5473/2019**, em **regime de urgência**. O Senhor Presidente submete o Pedido ao plenário. Realizada a votação constatou-se que o mesmo foi aprovado pela unanimidade dos Edis presentes. Salaria, porém, que as tramitações serão desmembradas em ata. Dando sequência aos trabalhos, é lido, pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Requerimento nº 220/2019**, que requer **urgência** para a discussão e votação do **Projeto de Lei nº 5471/2019**, Avulso nº 40/2019, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a abertura de crédito suplementar. O Requerimento é colocado em **discussão**. Não havendo oradores, o Requerimento é colocado em **votação**, sendo regimentalmente **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. Prosseguindo com a tramitação, aprovada a urgência e com o Parecer verbal da Comissão de Justiça e Redação, favorável à livre tramitação do Projeto de Lei nº 5471/2019, o Senhor Presidente o coloca em **primeira discussão**. Não havendo oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. A seguir, em **regime de urgência**, o Senhor Presidente solicita os Pareceres verbais das Comissões de Finanças e Orçamento; Ação Social e Econômica; Urbanismo, Obras, Viação e Transportes; Legislação Participativa; e de Educação, Esporte e Cultura. Com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das referidas Comissões, o Projeto é colocado em **segunda discussão**. Não havendo oradores, em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes no plenário. Dando sequência

à tramitação do Projeto, em regime de urgência, e com o Parecer verbal e favorável dos membros da Comissão de Justiça e Redação, conforme determina o Artigo 205, do Regimento Interno, o Senhor Presidente, nos termos do artigo 268, do mesmo diploma legal, **declara** o Projeto de Lei nº 5471/2019 **aprovado** em **Redação Final**. Dando sequência aos trabalhos, é lido, pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Requerimento nº 221/2019**, que requer **urgência** para a discussão e votação do **Projeto de Lei nº 5473/2019**, Avulso nº 43/2019, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a abertura de crédito suplementar. O Requerimento é colocado em **discussão**. Não havendo oradores, o Requerimento é colocado em **votação**, sendo regimentalmente **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. Prosseguindo com a tramitação, aprovada a urgência e com o Parecer verbal da Comissão de Justiça e Redação, favorável à livre tramitação do Projeto de Lei nº 5473/2019, o Senhor Presidente o coloca em **primeira discussão**. Não havendo oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. A seguir, em **regime de urgência**, o Senhor Presidente solicita os Pareceres verbais das Comissões de Finanças e Orçamento; Ação Social e Econômica; Urbanismo, Obras, Viação e Transportes; Legislação Participativa; e de Educação, Esporte e Cultura. Com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das referidas Comissões, o Projeto é colocado em **segunda discussão**. Não havendo oradores, em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes no plenário. Dando sequência à tramitação do Projeto, em regime de urgência, e com o Parecer verbal e favorável dos membros da Comissão de Justiça e Redação, conforme determina o Artigo 205, do Regimento Interno, o Senhor Presidente, nos termos do artigo 268, do mesmo diploma legal, **declara** o Projeto de Lei nº 5473/2019 **aprovado** em **Redação Final**. Dando sequência aos trabalhos, é lido, pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Requerimento nº 222/2019**, que requer **urgência** para a discussão e votação do **Projeto de Lei nº 5470/2019**, Avulso nº 38/2019, de autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre reajuste de salários e vencimentos dos servidores em geral da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia e dá

outras providências. O Requerimento é colocado em **discussão**. Não havendo oradores, o Requerimento é colocado em **votação**, sendo regimentalmente **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. Prosseguindo com a tramitação, aprovada a urgência e com o Parecer verbal da Comissão de Justiça e Redação, favorável à livre tramitação do Projeto de Lei nº 5470/2019, o Senhor Presidente o coloca em **primeira discussão**. Não havendo oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. A seguir, em **regime de urgência**, o Senhor Presidente solicita os Pareceres verbais das Comissões de Finanças e Orçamento; Ação Social e Econômica; Urbanismo, Obras, Viação e Transportes; Legislação Participativa; e de Educação, Esporte e Cultura. Com o Pareceres verbais e favoráveis da maioria dos membros da Comissão de Educação, Esportes e Turismo; Legislação Participativa e com Pareceres contrários das demais Comissões, o Projeto, nos termos do Artigo nº 202 do Regimento Interno desta Edilidade, é colocado em **segunda discussão**. Votaram contrário os Vereadores Flávio Augusto Olmos, Luiz Antônio Moreira Salata, Luiz Antônio Ribeiro e Luiz Gustavo Pimenta, nas respectivas Comissões. Usam da palavra os Vereadores: **Hélio Lisse Júnior**: (sem revisão do orador: 21:48) "Senhor Presidente. Estão querendo fazer uma confusão que não existe. Eu fui conversar aqui e teve manifesto:- Sim! Nós queremos sim! O problema da Câmara é que não tem ninguém fazendo assembleia, revoltado. Teve manifesto de estar tudo sobre controle. O problema do Executivo é um. O daqui da Casa é outro. Vejo que pode prejudicar se o Prefeito apresentar outro projeto pode até dar um impacto para cima ou para baixo. Será aplicado 3.65. Então vamos ser favorável a esse projeto." **Luiz Gustavo Pimenta**: (sem revisão do orador: 21:49) "Senhor Presidente. Assiste à manifestação em razão do Doutor Hélio em razão que são Poderes distintos. Inclusive este Mês que sinto orgulho de fazer parte. Teve o Senhor Vereador Niquinha como meu vice, o Doutor Hélio foi o Segundo-Secretário. O José Elias Primeiro-Secretário. No ano passado nós fizemos uma reestruturação dos funcionários desta Casa. O aumento ultrapassou vinte por cento. Então em questões salariais da Câmara acredito que com os funcionários não

tem nenhum problema. A posição que estamos tomando aqui de votar contrário é em solidariedade aos funcionários da Prefeitura. Isso é o que estou pensando aqui. Então eu vou manter meu voto contrário.” **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 21:50)

“Senhor Presidente. Eu primo pela independência dos Poderes e autonomia. O Executivo é Executivo. Legislativo é legislativo. No ano passado tivemos um aumento considerável do que poderia ser feito aos funcionários desta Câmara. O problema do Executivo se consolidou de uma forma completamente diferente. A discussão foi outra. A retirada seria salutar. Às vezes, passaria com os mesmo quatro. É só uma questão de dias. É afoitíssimo demais. Acho que a gente tem que ter um pouco de paciência e ouvir as pessoas. É isso que eu penso. Agora, se a gente não aprovar, o Niquinha dá 3,65 abaixo. Ali não teve consenso, mas aqui teve. E harmonia dos Poderes e independência é tudo.” **Luiz Gustavo Pimenta:** (sem

revisão do orador: 21:51) “Senhor Presidente. A ideia surgiu de momento. O que o funcionalismo está passando, esse reajuste de 4% (quatro por cento). A minha opinião é em solidariedade ao funcionário público. Inclusive, nós também não vamos ter reajuste. Sou contrário reajuste no salário do Vereador. Eu sei que todos os funcionários desta Casa todos aqui são meus amigos. Respeito à opinião deles, mas é uma posição para que esse movimento possa ganhar força. Essa é minha posição, mas respeito todos os colegas.”

Hélio Lisse Júnior: (sem revisão do orador: 21:52) “Senhor Presidente. Às vezes fala assim, você vai aprovar o projeto da Câmara. Porque o Vereador vai ter 4%. Não é por aí. Não estamos aprovando o índice para os Vereadores e para o Legislativo. É o Poder. Quem é tributado na fonte é complicado. Não porque estamos votando os 4% que está favorecendo os Vereadores. Longe disso. Conversei com os funcionários desta Casa. Eu consultei. Eles disseram, nós queremos um acordo.” Com a palavra o Senhor

Presidente: **Antônio Delomodarme:** (sem revisão do orador: 21:53) “Senhores Vereadores. Na Lei Orgânica consta que o mesmo índice aos funcionários da Prefeitura encaixa os funcionários da Câmara Municipal. Eu sou muito responsável para aplicar o reajuste pra todos os funcionários da Câmara Municipal. Eu não vou mentir para

ninguém. Eu não sou de mentira nem faço demagogia. Será aplicado também a todos os Vereadores da Casa. Isto está na Lei por isso eu vou cumprir como Presidente da Casa. Portanto, índice de 4% no próximo vencimento, todos os funcionários da Casa inclusive os Vereadores vão receber. Agora, você que votaram contra o funcionalismo público. Eles são maioria e uma grande massa. Agora, cada um vai responder pelo que fizeram nesta noite. Eu lavo as minhas mãos!” **Flávio Augusto Olmos:** (sem revisão do orador: 21:53) “Senhor Presidente. Falou sempre comparado com o Executivo. Se lá der 5%. Vai dar 5% a mais. E se der 3. 75%. Aí aqui vai diminuir? Então eu fico muito tranquilo em votar contra, Senhor Presidente.” Com a palavra o Senhor Presidente: **Antônio Delomodarme:** (sem revisão do orador: 21:55) “Senhores Vereadores. Faço um projeto de lei e aplico 1% depois em cima. Se der lá 3.75 vai diminuir com certeza. São Poderes independentes. Eu vou ficar nesses 4%. Hoje, foi rejeitado os 4%. Então eu vou aplicar os 4%. Eu estou com a maior tranquilidade para aplicar os 4% aqui na Câmara Municipal. Se houver acordo Sindicato e Prefeitura e aplicar 5 % ou mais. Vou aplicar esse índice que ficou para trás para igualar aos funcionários públicos servidores da Prefeitura. Está em discussão ainda o projeto. Ninguém querendo fazer uso da palavra o projeto está em Segunda Votação.” Não havendo mais oradores, em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por 05 (cinco) votos favoráveis e 04 (quatro) votos contrários dos Edis presentes no plenário. Votaram contrário os Vereadores Flávio Augusto Olmos, Luiz Antônio Moreira Salata, Luiz Antônio Ribeiro e Luiz Gustavo Pimenta. Dando sequência à tramitação do Projeto, em regime de urgência, e com o Parecer verbal e favorável dos membros da Comissão de Justiça e Redação, conforme determina o Artigo 205, do Regimento Interno, o Senhor Presidente, nos termos do artigo 268, do mesmo diploma legal, **declara** o Projeto de Lei nº 5470/2019 **aprovado em Redação Final**. A seguir, assume a presidência o Vereado Marco Antônio Parolim de Carvalho. Dando continuidade aos trabalhos, entra em deliberação, o **Projeto de Decreto Legislativo nº 504/2019**, avulso nº 37/2019, de autoria do Vereador Antônio Delomodarme, que dispõe sobre a concessão do Título de Cidadão

Honorário de Olímpia ao Ilustríssimo Senhor Henrique Duarte Prata. O Senhor Primeiro Secretário faz a leitura do **Parecer nº 18/2019**, da Comissão de Justiça e Redação. Com o Parecer favorável da Comissão de Justiça e Redação, o Senhor Presidente esclarece ao Plenário, que nos termos do artigo 87, Parágrafo Primeiro, Inciso V do Regimento Interno, combinado com o Artigo 47, Parágrafo Primeiro, inciso V, da Lei Orgânica do Município, a proposição em referência necessita, para sua aprovação, do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, ou seja, seis (06) votos; motivo pelo qual, o Presidente tem direito a voto, conforme estabelece o artigo 22, Inciso II, do Regimento Interno desta Edilidade. A seguir, por se tratar de matéria que deverá ser submetida à "discussão e votação única", o Senhor Presidente solicita ainda, o Parecer verbal das seguintes Comissões: Finanças e Orçamento; Ação Social e Econômica; Urbanismo, Obras, Viação e Transportes; Legislação Participativa; e de Educação, Esporte e Cultura. Com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das referidas Comissões, o Projeto é colocado em **discussão única**. Não havendo oradores, o Projeto Decreto Legislativo nº 504/2019 entra em **votação única**, sendo regimentalmente **aprovado** pela unanimidade dos Edis presentes em Plenário, ou seja, dez (10) votos. A seguir, nos termos do Artigo 268, do Regimento Interno desta Edilidade, o Senhor Presidente declara o Projeto **aprovado** em **Redação Final**. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, "Sob a Proteção de Deus", e atendendo ao Requerimento de nº 217/2019, de autoria do Vereador Fernando Roberto da Silva, declara encerrados os trabalhos da presente Sessão Ordinária em Homenagem Póstuma a memória da Senhora Marilena Vietti Aidar. Do que, para constar, foi lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Mesa.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.